

Sobre a Explicação na História

Carlos Costa
Prof. Adjunto da FFCH

“Comparei por vezes os modelos a navios. O navio construído, o meu interesse é pô-lo na água, ver se flutua, depois fazê-lo subir ou descer, à minha vontade, as águas do tempo. O naufrágio é sempre o momento mais significativo.”

Braudel, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978. p. 68.

1. Todo aquele que enfrenta a tentativa de empreender uma investigação metodológica no campo das ciências humanas depara, de imediato, um desafio inevitável: o chamado “avanço” e a suposta maturidade que nesse terreno as ciências naturais já teriam logrado realizar. Mais ou menos desinformado de que também nesta área há um sem número de questões abertas e de velhos problemas retomados sob novo enfoque, o cientista do homem é tentado a julgar o seu “tosco” material metodológico, por comparação com o que se encontra “primorosamente” consumado nas áreas da física e da matemática. E mesmo que ele, mais amadurecido, já tenha superado essa relativa “inveja”, tradutora de certa ingenuidade epistemológica, não é incomum que prossiga no esforço de meramente tentar trasladar, com pouca ou nenhuma adequação, os “moldes” das respeitáveis ciências naturais para as “jovens” ciências do homem.

Pretendemos neste trabalho, muito modestamente, demonstrar que semelhante procedimento, revelador de certa má consciência do epistemólogo das "humanidades" sobre os títulos de legitimidade do seu saber, constitui uma limitação de perspectiva que deve ser removida. Não, é certo, enquanto essa remoção possa implicar na tese de cavar um fosso intransponível de separação entre os dois blocos de ciências - pois, afinal, se são *ciências*, têm que possuir algo em comum - mas no sentido de que não apenas esses dois tipos têm caracteres próprios, mutuamente irreduzíveis, como também que as teses gerais de uma epistemologia abrangente têm que sofrer certa redução especificadora se são aplicadas ao universo das ciências físicas ou ao domínio das ciências humanas. (1)

A ambição, sem dúvida, nos dois campos, deve ser a de um conhecimento rigoroso, que elimine o arbítrio, que fixe princípios mais ou menos gerais, que possibilite probabilidades de predição, que enseje algum recurso pragmático de utilização do conhecimento.

A natureza geral do espírito científico moderno, desde quando Francis Bacon o entendeu como técnica de dominação da realidade, não é outra senão a de se derramar numa prática, numa *tecnologia* que se traduza por seu caráter de propiciar ao homem a capacidade de prover, mediante ela, a satisfação de suas necessidades. Não vem ao caso (aqui, por enquanto), aprofundar a análise desse caráter instrumental da ciência, no sentido daqueles que nisto enxergaram o seu aparato meramente ideológico de se por a serviço de interesses dominantes, criando um discurso que apenas seria mascaradamente "racional" (Marcuse, Habermas, etc.). O que importa destacar, por enquanto, é que o progresso da ciência se tem norteado por seu sentido de prestação de serviços, numa civilização que é crescentemente pragmática, e que esse objetivo só se obtém na medida em que o conhecimento científico saiba "temperar" a exigência da mera correção formal dos seus instrumentos, com esse enlace com o real que ofereça ao homem condições razoáveis de manipulação.

Para isso, antes de mais nada, a ciência teria que se armar de um mínimo de condições de preditibilidade. E, de uma maneira geral, o conceito de *explicação científica* está ligado a essa exigência. Todavia, tanto as suas notas características quanto o seu alcance preditivo são bem diversos, se nos ativermos à *explicação* nas ciências naturais ou nas ciências humanas. No caso específico da História (que aqui não se vai pretender seja, tranquilamente, *uma ciência*), a *explicação* reveste, conforme veremos, uma significação ainda mais peculiar.

2. "Spinoza já dizia que os fatos da experiência apresentam-se a nós como conseqüências a que faltam as premissas" (2). Essa aguda intuição do gênio holandês já colocava, assim, o privilégio do procedimento dedutivo que na epistemologia contemporânea está passando a comandar as ciências empíricas. Nestas ciências, sem dúvida, o que atualmente se põe em xeque é o seu aplaudido caráter supostamente observacional, o seu proceder da experiência empírica, o seu fundar-se num princípio de causalidade que, desde Hume, passou a vítima do crivo de uma série de

desmontagem crítica que quase processou a sua completa dissolução.

A acentuação do caráter dedutivo da ciência, como é sabido, principiou com a refutação galileana do sentido aristotélico da física, com a *matematização da natureza* e a *geometrização do espaço* iniciada na obra do sábio genovês. Este caráter, na atualidade, preside o rumo da epistemologia das ciências físicas conforme é entendida no pensamento dos filósofos da ciência mais ou menos ligados ao positivismo lógico, ao Círculo de Viena, às escolas de Oxford e Cambridge e outras direções aproximadas.

Trata-se de lastrear a conceituação científica não tanto no sistema de uma indução amplificadora e generalizante, de tipo baconiano, mas em *supostos lógicos* convertidos em *hipóteses*, a partir dos quais se possa, por dedutibilidade, prever e conceituar os eventos da realidade. Não se trata, evidentemente, de suspender no todo as ligações da ciência com a observação, mas de privilegiar a sua ordem conceitual como sistema lógico, como ordem de categorias que seja dotada de uma certa imanência de estruturas sintáticas coordenadas. Em resumo, a tendência passa a ser a de ver na ciência a natureza ideal de uma espécie de linguagem auto-alimentada, que *constrói* o seu objeto e que é dotada de uma dinâmica interna de desdobramento. A noção de *modelo*, a *teoria dos sistemas*, a *análise estrutural*, a *teoria dos jogos*, etc., nos seus diferentes aspectos, são as edificações epistemológicas que procuram processar esse novo sentido de *construção do objeto* que preside o espírito da filosofia da ciência no pensamento contemporâneo.

O valor que assiste a semelhante esforço é o mais legítimo: infundir um acentuado conteúdo lógico no plano da ciência, de maneira a evitar que suas bases busquem apoio apenas no frágil território da indução e da observação empírica, as quais nunca chegam a fornecer o mesmo grau de certeza apodítica de que são providos os esquemas axiomáticos de uma dedução pura.

Este procedimento, por mais que possa parecer aberrante ao senso comum e à idéia vulgar de que as ciências empíricas são elaboradas tendo a observação por fundamento, não deverá causar maior perplexidade desde que se atentem para dois requisitos fundamentais: que não se trata de um *dar as costas* para a chamada "realidade" e supor que o conhecimento da natureza saía pronto de dentro de um esquema rigorosamente formal-dedutivo (e isto porque a todo instante as hipóteses e os cálculos têm que suportar o teste da verificabilidade - ou da "falseabilidade" como diria Poper (3) - no seu confronto com os fatos); e também, em segundo lugar, porque a ciência basta considerá-la uma técnica para efeito de utilização gnosiológica, restando sempre a alternativa de *suspender* o seu discurso formal e recuperar as evidências do mundo da vida como seu fundamento inicial. (Condenável seria, evidentemente, que a ciência "esquecesse" este partir da "plenitude sensorial" do mundo da vida, consoante o perigo que Husserl já denunciava, em 1936, na sua famosa obra sobre a "Crise das Ciências Européias").

Postas estas ressalvas, nada mais natural, então, como afirma Ladrière, que a ciência não seja "simplesmente o prolongamento da visão espontânea do mundo, ou uma formulação um pouco sofisticada do que se oferece à percepção. Ela só consegue fazer com que captemos aspectos inéditos da realidade na medida em que começa por substituir o campo perceptivo por um domínio de objetos que ela constrói por seus próprios meios." (4)

Desta maneira, movendo-se dentro do seu horizonte logicamente construído, a ciência passa a alimentar-se de uma dinâmica própria, suscetível de constituir um universo autônomo e, à sua maneira, propiciar o "apossamento" da realidade. Naturalmente que há níveis e patamares, *mais ou menos* bem logrados, na utilização dessas técnicas, variações da sua natureza, a depender do conteúdo material a que se apliquem, necessidade, aqui e ali, de reformular e enriquecer os seus supostos.

Tentaremos ver, no desdobramento dessa exposição, a medida da possibilidade do êxito desse procedimento nas ciências humanas, e especialmente no âmbito da "explicação" histórica.

Não estamos, assim, e consoante a expressa *dualidade* metodológica das ciências empíricas (naturais e humanas), acima revelada, avançando a tese de que a natureza essencialmente dedutiva dessas regras tão exitosas nas ciências físicas, se possa estender com tranqüilidade ao campo das ciências humanas e à História.

Tentaremos fundar a nossa sumariíssima exposição do tipo de procedimento dedutivo da explicação científica moderna, nas idéias de um dos seus mais destacados defensores, o Prof. Carl Hempel, para quem "explicar" significa *deduzir a partir da subsunção a leis abrangentes* (5).

Contudo, antes nos parece necessário remontar a uma significação algo diferente - e mais tradicional - do conceito de *explicação*, a fim de estabelecer um cotejo que será indispensável ao desdobramento da nossa exposição. Queremos referir-nos à célebre idéia, pioneira, de Dilthey (1956), quando, nos fins do século passado, propondo-se o esforço por duplicar o campo metodológico das ciências empíricas, estabeleceu a dualidade entre ciências *naturais* (naturwissenschaften), e ciências *do espírito* (geisteswissenschaften); as primeiras, puramente "científicas" e *explicativas*; as segundas, "científico-espirituais" e *compreensivas*. Dilthey retomava uma idéia implícita em Vico e amadurecia o conceito de *compreensão* (verstehen), que seria próprio do conhecimento das realidades espirituais da vida humana, animadas de configurações *inteligíveis* que "fariam sentido" para o investigador. Nós "compreendemos" as realidades histórico-espirituais do mundo humano, assegurava ele, e, simplesmente, "explicamos" a natureza. No primeiro caso, o que deparamos como objeto é um "conteúdo de vida", devassável pelo investigador na medida em que ele é também "vida" e o pode, assim, "interpretar" - apossando-se de suas "razões", como diria Hempel (1975, p.168). (É sabido que Dilthey lastreou no caráter de um certo intercâmbio "psicológico" essa relativa intimidade entre o investigador e

o seu objeto, no caso da compreensão, ponto no qual ele merece profundas reservas - a que faremos referência mais à frente).

A compreensão, em síntese, seria um desvendar sentidos, um apreender a inteligibilidade proveniente da natureza "intencional" da manifestação dos atores históricos. O mundo da natureza, por seu turno, nós apenas o "explicamos", quer dizer, reconhecendo-nos "estranhos" a ele, meramente "costuramos" os seus eventos numa cadeia de *antecedente e conseqüente*, apreendendo o *sistema causal* da sua estrutura que se pode expressar na forma de leis abrangentes, construídas por procedimento indutivo-observacional.

Inferre-se, portanto, desse contexto, que a *explicação* científica, limitadamente aplicável às ciências humanas (nas quais mesmo o que se "explica" remete sempre a um conteúdo de sentido que se "compreende", como na *causação* social e histórica), fica apoiada em dois supostos: na *causalidade* como fundamento, e na *indução amplificadora*, de tipo baconiano, como método.

Ora, é exatamente *causalidade e indução* o que a moderna epistemologia das ciências físicas pretende remover da *explicação*, consideradas, ambas, como, enfaticamente, em Popper, além de outros, bases frágeis para lastreá-la. A *causalidade* passou a desacreditar-se a partir das célebres críticas de Hume, e a *indução*, que afiança *terem sido assim os fatos* como a observação os comprovou até hoje, não oferece garantia de que *possam vir a ser* da mesma maneira, no futuro. É essa margem de incerteza, de não-apoditicidade conceitual, que o esforço *dedutivo* da moderna concepção da *explicação* científica intenciona remediar. O dualismo metodológico de Dilthey é anterior à vulgarização desses reparos; alguns epistemólogos das ciências humanas, contudo, ainda hoje parecem alheios a essa importante colocação dos teóricos das ciências físicas.

3. Como se processaria esse tipo de explicação? Hempel a associa a uma *técnica dedutiva* a partir de hipóteses como leis abrangentes. "Uma idéia entre dois fatos - escreve R. Blanché - a partir das observações, uma hipótese, depois, a partir daí, uma dedução que reconduz à experiência para controlar a hipótese: este é o método hipotético-dedutivo." (6). Consoante a idéia citada de Spinoza, se as experiências se apresentam como conseqüências a que faltam as premissas, para estruturar *logicamente* o raciocínio ter-se-ia que atingir o nível dessas premissas; então, "coloca-se uma hipótese na presença de fenômenos e presume-se que ela permitirá reencontrá-los como conseqüências (nível da hipótese), em seguida, outras conseqüências presumíveis são derivadas logicamente dessa hipótese e confrontadas com os fatos disponíveis (nível da dedução)", (7). Hempel acredita que este procedimento, favorecendo condições de uma operação de cálculo e conduzindo a um esquema de preditibilidades, requer apenas o *suporte indutivo* necessário para dar lastro às hipóteses e validá-las depois; mas é dessas últimas que se desenlaça a evidência conclusiva da explicação. A indução e a observação num sentido que ele destaca "bastante amplo", funcionam como *cânones de validação*, antes

que *de descoberta*." (1972, p.27).

Hempel oferece um exemplo singelo de como se processa a transmutação de um raciocínio causal em hipotético-dedutivo, com a vantagem, no caso deste último, das premissas poderem revestir a generalidade dos dados numa forma quantitativa precisa: "Caso as leis relevantes sejam explicitamente formuladas, a explicação resultante pode ser apresentada sob a forma de um argumento dedutivo, onde a ocorrência do evento em questão é inferida a partir de um conjunto de premissas que especificam (i) as leis relevantes e (ii) as circunstâncias antecedentes particulares que, em termos comuns, se diz terem sido a causa do acontecimento. Nossa explicação da dilatação do fio de cobre, por exemplo, assumiria a forma de um argumento com duas premissas: (i) a lei geral segundo a qual todo fio de cobre torna-se mais longo quando sua temperatura se eleva e (ii) o enunciado de que dado fio era feito de cobre e de que sua temperatura sofreu elevação. Dessas premissas decorre, dedutivamente, a conclusão de que o fio estendeu-se em comprimento, que é o fato a ser explicado. Assim, o enunciado explicativo de que a dilatação do fio foi causada pela elevação da temperatura é substituído por um argumento onde não mais aparece a palavra "causa" ou seus cognatos. Nesse argumento se diz, resumidamente, que dado fio de cobre foi aquecido e que todos os fios de cobre, quando aquecidos, se dilatam; e que, portanto, o dado fio de cobre se dilatou." (1975, pp.160-161). Além do mais, adianta ele, a linguagem "não técnica" da explicação causal, que se resume na singeleza de um "por que", freqüentemente deixa de fora uma série de dados que poderiam alimentar o bojo de uma premissa verdadeiramente explicativa com a utilização de "poderosas técnicas matemáticas de cálculo" (idem, p. 162). Desta maneira, num crescendo de abrangência, a "subsunção dedutiva" atingiria a formulação de leis com círculo de alcance cada vez mais amplo, consumando o empenho da ciência em se converter numa *grande teoria* explicativa dos fenômenos com um grau crescente de precisão. (8)

Posto o seu esquema, Hempel lembra que essa técnica apresenta dois sub-ramos merecedores de atenção. Trata-se, primeiramente, de assinalar que o método pressupõe uma característica de universalidade lógica necessária; isto é, que dadas as condições iniciais de verificação dos fenômenos, conexões uniformes e invariáveis a ele se mostrarão ligadas, sem exceção: a lei explicativa é, então, de uma forma esuritamente universal. Mas, em certos outros casos, o caráter dessas leis não possui a universalidade preditiva das primeiras, hipótese em que elas revestem o aspecto da *forma probabilística*. Agora, ao invés da *garantia* de que às condições *A* de uma ocorrência, se ligarão as verificações de *B*, temos apenas uma certa *probabilidade estatística* - variável para mais ou para menos - da interconexão entre *A* e *B*. A essa sub-forma, de menor rigor dedutivo já se vê, Hempel denomina *explicação probabilística*; com a *explicação dedutiva*, ela partilha a ambição de propiciar o conhecimento da realidade pela recorrência ao nível das leis abrangentes.

Desta maneira, nosso filósofo efetua um desdobramento da idéia tipo do método de subsunção a leis abrangentes; num passo seguinte, enfrentando o problema específico da explicação nas ciências humanas nas quais, para ele, freqüentemente a conduta dos atores é atribuída ao que chama de "razões" (crenças, padrões, motivos, etc.), conclui, apoiando-se em Ryle, que também nesses casos tais "razões" pressupõem médias de comportamentos esperados ou expectativas-padrão que, igualmente, funcionam como generalizações abrangentes de caráter análogo às leis. Com Ryle, ele as denomina "sentenças semelhantes-a-leis" e as faz funcionarem como princípios de uma explicação dedutiva (1975, pp. 168-169).

A esta altura, antes mesmo de abordar o tema específico de uma possível *explicação* (neste sentido) na História, temos que nos permitir certos comentários à visão hempeliana do modelo da explicação científica.

Não parece restar dúvida que o esquema explicativo, da forma como muito esquematicamente o resumimos, é o recurso mais bem logrado de permitir o desejável rigor no procedimento cognitivo da operação científica. Hempel e os seus defensores pretendem que ele se possa estender, sem exceção, a todas as ciências empíricas, inclusive as humanas. Na medida em que o método tolera as variantes da explicação *probabilística* e das chamadas *generalizações semelhantes-a-leis*, não temos dúvida de que a tese tem razoável cabimento. Afinal, as ciências humanas de estrutura causal - a Sociologia, a Economia, a Ciência Política - o que buscam é atingir certos níveis de generalizações nomológicas das quais, em grau diverso (e *probabilístico* sobretudo), determinadas conclusões preditivas podem ser sacadas em conformidade com o modelo exposto. Não fosse assim, o uso pragmático dessas ciências - nas "racionalizações" dos planejamentos notadamente - não estaria a merecer o festejado aplauso que todos conhecemos. Todavia o que merece reserva é a opinião desses epistemólogos, quase todos mais extremamente familiarizados com as técnicas de investigação das ciências naturais, segundo a qual não subsiste diferença substancial (ou mesmo até que não subsiste *qualquer* diferença), entre as técnicas de processamento dessa metodologia e os seus resultados, quer se trate de ciências naturais ou de ciências humanas, adeptos que são da chamada "unidade metodológica da ciência". (9)

Tanto no ensaio sobre "Explicação Científica" (1975), quanto na série de artigos que compõem o seu *Aspects of Scientific Explanation* (1965), particularmente "The function of general laws in History" (p. 231), Hempel, como Rudner na *Filosofia da Ciência Social* (1976), para não referir outros, investem contra a validade de um procedimento que, desde Dilthey, tem sido apontado como o núcleo diferencial da metodologia das ciências humanas, qual seja, a tese de que nelas o conhecimento se processa por *compreensão* (*verstehen*), o que não pode suceder nas ciências físicas da natureza.

A questão foi, por outro lado, amplamente debatida em dezembro de 1952, na reunião anual da Associação Filosófica Norteamericana, com a presença destacada de filósofos como Ernest Nagel e o nosso referido Carl

Hempel, entre outros. As colocações desse debate estão recordadas no lúcido ensaio de Alfred Schutz "Formação de Conceitos e Teorias nas Ciências Sociais", incluído na sua obra traduzida de 1974, pag. 71, e o material do simpósio publicado no livro *Science, Language and Human Rights*, ali referido por Schutz. O problema, de resto, é o ponto crucial onde se cifra a possível dualidade epistêmica entre os dois blocos das ciências empíricas.

Aqui não podemos senão aludir brevemente a natureza da polémica. O fundamento da objeção desses autores à possibilidade da *compreensão* como apreensão de uma certa singularidade "inefável" dos fatos humanos, estaria em que supõem que ela se baseia numa espécie de "intuição" marcadamente *subjetiva* e requer o enlace "empático" do observador com a matéria observada. (10) A compreensão estaria a depender de uma espécie de "ligação de familiaridade", resultante da identidade "psicológica" entre a "interioridade" do analista e o sentido "transparentemente" humano do objeto, assim permeável ao seu olhar. Empreendendo um certo "olhar para dentro", o cientista do homem, introspectivamente, faria vir à luz a significação do seu objeto, dispensando-se portanto de uma técnica mais rigorosa e impessoal de busca e de demonstração. Desta sorte, a compreensão viria carregada de um tal sentido de "subjetividade" que pouca diferença teria do mero "palpite" ou da pura arbitrariedade opinativa. (Mais ou menos dessa forma, o sociólogo Theodore Abel, em famoso ensaio, viria também a acusar a compreensão de apenas valer como fonte de hipóteses e nunca à maneira de discurso científico conseqüente; se referisse Hempel, quem adota uma postura semelhante, ele diria, como este, que a compreensão, no máximo um artifício *heurístico*, suscitaria - quem sabe? - um mero "esboço de explicação").

Caráter "psicológico", arbitrariedade "subjetiva", suposto de "familiaridade" (que às vezes é apenas aparente), inefabilidade "intuitiva", flutuação "empática" etc., tais seriam os gravíssimos empecilhos ao estatuto metodológico da compreensão, para esses autores. (11)

Para denunciar o aspecto escandalosamente inatual dessas críticas, que parecem conceber a compreensão no nível em que a deixou a percepção inicial de Dilthey no século XIX (e, ainda assim, defeituosamente), faz-se necessário, antes, revelar o que se deve entender pelo conteúdo dito de *interpretação subjetiva* que ela comporta.

Na medida em que a compreensão se pudesse basear no mero "ponto de vista" pessoal do investigador, no seu mundo aleatório de valores, irreduzível a um plano formal de objetividade, e ao precaríssimo recurso de uma singela *introspecção* fundante da tão maltratada "empatia" da crítica desses filósofos, seria tremedamente óbvio que semelhante "subjetividade" haveria de ser expurgada do terreno da ciência. Mas - é evidente - nenhum dos defensores da *verstehen* assim a entenderam: nem Dilthey, nem Simmel, nem Max Weber, nem Collingwood, nem Cossio, nem Schutz - nenhum dos grandes epistemólogos das ciências humanas,

por certo, laboraram nesse grosseiro equívoco. (12) Pelo contrário, o caráter dito "subjettivo" enlaçado à compreensão, representa o seu empenho de entender o objeto humano como *provido de um sentido*, de uma *significação motivacional*, na medida em que resulta dos atos de um ou vários *sujeitos* humanos envolvidos, como atores, num plano de ação. Tal "subjettividade", antes de ser o âmbito das atribuições pessoais do investigador, constitui o seu *pólo-objeto*, enquanto ele se mantém na atitude de observador científico, desejavelmente neutral, de uma cena humana. O desentendimento de Nagel e Hempel - que Schutz rebate - resulta de entenderem a noção de *sentido subjettivo* como uma área oculta, perceptível unicamente à visão "interior" do sujeito que vive a experiência da ação. O observador, no máximo, poderia captar apenas os aspectos "exteriores" visíveis, conseqüentes à ação, e se sujeitar a todos os riscos da dissimulação enganosa que ela poderia aparentar. Schutz argumenta, a nosso ver com inteiro cabimento, que essa crítica está subsumida à matriz filosófica de que partem tais autores: a noção positivista de experiência como *experiência empírica*, que é a suposta pelo empirismo sensorialista e o positivismo lógico (13). Sem a remoção dessas premissas, o problema não poderia ter solução.

O de que se trata, finalmente, é propor a possibilidade de uma apreensão, *a nível de objetividade conceitual*, de matéria que é, em si, portadora de uma *subjettividade significativa*.

Há que se fazer um giro de colocação, que tentaremos efetuar, embora esquematicamente. Para tal, é necessário recorrer a certos princípios da filosofia fenomenológica e "hermenéutica", mais particularmente a uma *fenomenologia da ação humana*. Se lançamos nosso olhar ao mundo da experiência da vida cotidiana, a nível ainda pré-reflexivo, constatamos sem dificuldade que esse mundo é *intersubjettivo* "desde a origem", como diria Schutz, seguindo a Husserl. Quer dizer: no mundo da vida permutamos nossas experiências de atores, nossas vivências, impressões, atitudes, projetos, etc., de tal maneira que o *outro*, com quem convivemos, quase nunca é um mistério para nós. Nós o entendemos, como ele nos entende, nosso "mundo" é também o dele, nossas configurações do "real", como Peter Berger parece ter logrado demonstrar (1973), nunca são solitárias; o "mundo", como um todo, na experiência da vida, é originariamente um mundo partilhado, um âmbito de socialidade primordial. Por conseqüência, um mundo intersubjettivo desde sua maneira espontânea e pré-teórica de nos ser dado: um mundo que, à nossa maneira, é "construído" na esfera prática da ação, "colado" às interpretações vivenciais que o estruturam numa solidariedade original de significação. Um universo, assim, que se "com-preende" desde o início, independentemente do esforço teórico de uma inteligência científica, que vem sempre "depois". Há, desta sorte, uma solidariedade "interpretativa" como "esfera primordial" da própria vida - da *Lebenswelt* pré-teórica como diria Husserl. Ora, é precisamente desse nível empírico ontologicamente básico, que arranca o mundo das significações

teóricas das ciências (todas elas, as humanas e as naturais), e por isso mesmo é que as linguagens científicas nunca se põem, como nenhuma "língua-gem", à maneira de códigos herméticos, inteligíveis apenas para o seu formulador. (Dentro desse amplo marco, veja-se, a própria *explicação* *hempeliana* também seria "subjéitiva").

A "objetividade" da ciência é "intersubjetiva" graças a esse apoio de base: à natureza essencialmente não-solitária da manifestação da consciência, desde o plano da manifestação espontânea do viver. (14) Este foi o caráter decisivo descoberto por Husserl na sua análise da consciência: que ela é *intencional* e *intersubjetiva* por essência; tanto no plano reduzido da "epoché", quanto no nível experiencial da vida cotidiana. (15)

A apreensão do "sentido subjéitivo" da ação radical, assim, nessa índole estrutural de solidariedade que recua ao plano mais primeiro da experiência humana. Se desde aqui a "compreensão" se acha instalada, a nível dos atores, como intersubjetividade radical e "viva", o seu outro plano, o científico, resulta de uma "estilização" dessa originalidade básica, quando constrói modelos típicos de conduta e empreende as elaborações formalizadas da explicação na ciência.

Descartando, ou simplesmente não tendo em conta esse fulcro ontológico, os citados autores pensam num "sentido subjéitivo" da ação como a indevassável área da intimidade psicológica do agente, só a ele acessível de modo direto. Não resta dúvida - é bom reconhecer - que o sentido *último*, personalíssimo, da ação, só o autor, de fato, o pode apreender. Mas isto não significa que a sua ação não possa demonstrar-se provida de uma significação "estrutural", perceptível pelo outro - seja o "outro" que interage com o ator no plano prático da vida, seja o "outro" posto na atitude científica de entender e interpretar. E isto, mesmo sem recorrer à grande verdade da hermenêutica de que nem sempre aquilo que o ator quis *significar* com a sua ação, é o que ela *objetivamente* significou no contexto cultural onde transcorreu.

O problema da chamada "percepção do outro" que está implicado nesta questão, tem sido, verdadeiramente, o grande obstáculo à proposta da objetividade do discurso conceitual nas ciências humanas. Na medida em que se aceite, entretanto, a evidência da tese fenomenológica de uma solidariedade "interpretativa" de origem, o problema obtém uma reiluminação decisivamente esclarecedora. E ainda se poderia adiantar que o rumo dessa análise não descarta o indispensável conteúdo de *experiência* que é exigido pela argumentação positivista. Não, é claro, uma modalidade de experiência limitadamente sensorial, a que se contém, no seu conceito estrito, uma epistemologia rasteiramente positivista. Husserl sempre pretendeu que a fenomenologia não fosse senão um positivismo; mas, é certo, um *positivismo superior*, aberto aos diferentes níveis da experiência como, sobretudo, a de natureza vivencial.

O argumento se enriqueceria ainda mais, nessa área de exigibilidade de uma constatação empírica, na medida em que se pudesse trazer ao plano da discussão a riquíssima contribuição de Merleau-Ponty, quando des-

taca o caráter também *intercorpóreo* dessa intersubjetividade originária. E nem se diga que a natureza dessa tese poderia desprezar-se por seu possível "sem sentido" metafísico (há tantas evidências *empíricas* a seu favor), pois, em contrapartida, a opinião contrária também estaria sujeita a um outro postulado "metafísico" indemonstrado: o *decreto* sensorialista do limitado conceito de experiência do positivismo.

As ciências humanas são ciências empíricas, por certo; ciências da "experiência", de maneira indiscutível; a *realidade* (existencial), é a sua matéria de análise. O conceito de "compreensão" em nada dificulta a aceitação de semelhante premissa, antes a robustece. Toda ação humana, como o Prof. Cossio o demonstrou, repousa num *substrato* visível, num *ego* agente espacialmente configurado; "compreendê-la" requer essa marcha do espírito que a este substrato como *expressão*, ascende ao *sentido* como o que nele está *expressado* como conteúdo humano, e que o intérprete pode vivenciar em termos conceituais. Semelhante "técnica" gnosiológica - e como toda técnica, um procedimento rigoroso - é a que o filósofo argentino apelidou de *método empírico-dialético*; nele, apreende-se o sentido *no seu substrato*, e interpreta-se o substrato por seu *sentido*, num ir-e-vir dentro dos pólos dessa dualidade que representa o "diálogo" onde radica a interpretação significativa. Há, desta sorte, precisos *marcos* que "aprimoram" a compreensão; e ... nenhuma "aleatoriedade". (16)

Poder-se-ia ainda chamar a atenção para a peculiaridade de que o mundo humano - mundo de atores em *interação* - é, de toda maneira, por eles mesmos "pré-interpretado" ao nível real da sua constituição como objeto. Com as devidas distâncias, assim, pode-se mesmo adiantar que esse mundo, povoado de atores "inteligentes", porta uma estrutura de "modelização" ao nível empírico de sua própria "realidade"; como se fosse provido de uma "estruturalidade", redutível, por isso, aos esquemas da interpretação formalmente configuráveis. Quando Levi-Strauss desvendou, por exemplo, a trama das regras do parentesco nas sociedades ditas "primitivas", não fez outra coisa senão *construir*, conceitualmente, um esquema de interpretação, sobre outras "construções" pré-existentes no nível empírico da própria realidade que considerava. Neste sentido, o estruturalismo não teria feito outra coisa senão "compreender" o mecanismo da vida social primitiva, a rica tessitura de seus planos de ação traduzidos em mitos, rituais e interdições. Uma tal *antropologia*, certamente, como ciência de um cenário que não é o nosso, não teria sido possível se o seu fundamento fosse a mera "empatia" psicológica, resultante da familiaridade "doméstica" do investigador com o seu mundo privado de objetos. Sucede, simplesmente, que essa solidariedade interpretativa primordial, remonta a um nível de interconexão estrutural mais profundo, que se situa muito além da mera convivência dos endogrupos faticamente organizados.

Outros ângulos do problema poderiam ser adiantados, com toda sua complexidade. Para nossos presentes objetivos, contudo, bastam essas

considerações. Em conclusão, assinala-se que este tipo de procedimento, o encontro de uma matéria objetiva que é em si "linguagem" e interação pois é um mundo de atores, é específico das ciências humanas. Nada lhe é comparável no âmbito das ciências físicas ou meramente formais. E este é o ponto que dificulta (senão *impede*), a tese da "unidade metodológica das ciências empíricas" proposta pelos corifeus do positivismo lógico em suas diversas matizes.

Proposto o ângulo da diversidade, tentemos verificar a medida da possibilidade de serem processadas *explicações científicas*, consoante o modelo hempeliano, nas ciências humanas, ou, mais especificamente, na História (com "H" maiúsculo, para designar uma possível *ciência histórica*).

Já adiantamos, anteriormente, a viabilidade das generalizações nomotéticas em algumas ciências do homem. Seja na forma de "leis", de "sentenças semelhantes-a-leis" ou meras generalizações com razoável alcance de abrangência, elas poderiam funcionar como premissas de um raciocínio dedutivo aproximado do artifício hempeliano, com um grau maior ou menor de expectativa de *probabilidade* preditiva. (Não esquecendo - jamais - que o seu mecanismo desenlaça inevitavelmente um conhecimento "por compreensão".) (17)

4. Parece já chegado o momento - talvez mesmo tardio - de entrarmos no miolo da questão que nos propusemos debater: a da explicação na História. Não há como evitar, de antemão, uma ligeira referência ao sentido do "histórico" a que temos feito sucessivas alusões. É preciso dizer que não poucas confusões, aqui, resultam de não se precisar o registro do significado do "histórico" que muitos utilizam, sem esclarecerem ao certo se se acham aludindo à *matéria histórica*, à factualização objetiva do acontecer humano, ou ao *conhecimento* disciplinado dessa realidade, na forma de esquemas e categorias de interpretação e avaliação. Enfim, com freqüência não se esclarece bem se o que se refere é a *realidade histórica*, ou a *disciplina mental* e metodológica que a toma por objeto, sabido que a palavra *história* se aplica à designação das duas coisas. Um recurso de que se pode lançar mão, já o vimos, é o uso da consoante inicial maiúscula para designar o *conhecimento* histórico (científico ou não) ou, para este, termos como *historiologia*, como propôs Ortega y Gasset (1955b), ou *historiografia*, preferido por Croce (1953), como muitos outros. Essas designações, todavia, demasiado vinculadas às premissas teóricas dos seus propositores, ensejam implicações filosóficas que têm impedido o seu uso como forma impessoal de circulação. De qualquer sorte, e ainda que nós próprios aqui não atinjamos maior precisão, resta deixar claro que há uma *matéria histórica* como dado empírico, e uma *disciplina histórica* como forma de conhecimento. Na maior parte das vezes o contexto é o que esclarece em qual dos dois sentidos a designação estará sendo utilizada.

Principiemos com a *matéria histórica*: com algumas poucas e decisivas idéias acerca do que é este âmbito regional do ser, onde se

encontra o ser do homem; é *histórico* todo o ingrediente humano como o essencial do seu modo de manifestação; *o homem está na história, todo ele é irrecusavelmente histórico*. E isto significa que o homem é um navegante e um aventureiro do tempo. Mais ainda: na medida em que este "tempo" não é o registro de uma cronologia fria - contada, divisível, mecânica - significa que o tempo da história não é uma "exterioridade" quanto ao homem: que é o homem que o fabrica, na forma mesma como o vive. O tempo histórico é, por isso, processo, continuidade dialética; o que quer dizer, uma *continuidade descontínua*; é a *longa duração* da *história estrutural* de Braudel (1978, p.104), permeada dos acidentados ágeis da *história factual* do "tempo curto" e da "meia encosta" da *história conjuntural* dos tempos intermediariamente lentos. O tempo das "narrativas" do dizer de Ortega (1955a), onde se distendem as "histórias" que por serem elos de uma corrente única, "têm que ser contadas por inteiro". Por isso mesmo, um *tempo vivo*, de sobrevivências e de antecipações; de contemporaneidade, com o presente, do passado e do futuro: uma *totalidade sucessiva*, para dizer tanto, na expressão feliz de Alberto Rougés. Nele está o homem, como o navio que só na água se equilibra, realizando o milagre de poder, instalado em seu presente e porque tem memória e é projeto, disparar-se *regressivamente* ao seu passado e antecipar-se *progressivamente* ao seu futuro - pois nada mais que isso é o presente - para usar a não menos feliz terminologia de Sartre. Certos historiadores profissionais têm tomado consciência dessa natureza íntima da historicidade: a ela se referem com o conceito de *totalidade histórica*. Com isso se quer dizer que há uma "lógica" de integração nos compassos humanos que se periodizam no tempo e, no mesmo sentido, que há uma *estrutura* que articula esse todo que se move - composta de indivíduos, instituições, civilizações, impérios, sociedades. *Totalidade*, assim, a um só tempo, diacrônica e sincrônica, fluindo nas vertentes do tempo, e carregando no seu curso a articulação de suas diversas partes, algumas mais resistentes, mais contínuas, e outras, menos fortes, perdidas nos caminhos, como viajantes tombados dos quais, os que prosseguem, carregam a memória para novos tempos.

Ora, precisamente essa *totalidade* dinâmica a que os historiadores especificamente denominam *continuidade* - e os sociólogos, *estrutura* - nos encaminha a outro ângulo desse esforço por *descrever* a matéria histórica: a disputa sobre o seu caráter *individual* ou sobre a natureza possível de sua *repetibilidade*. Sabe-se que foram os neo-kantianos Windelband e Rickert, nos princípios do século, os que destacaram o problema. Windelband, opondo metodologicamente uma *ciência de leis* (nomotética), a outra *de acontecimentos* (idiográfica), escrevia que a história é o reino do único, do irrepitível, do singular, "do que aconteceu alguma vez". (18) Não importando voltar outra vez aqui às flutuações do que Windelband entendia por essa "individualidade", o certo é não restar dúvida de que o histórico é, ontologicamente, uma "individualização"; quer dizer: os fatos da história são episódios únicos, com persona-

gens e circunstâncias únicas, processados em momentos que têm sempre a sua tipicidade diferencial, moldurados por valorações e projetos que são os de *cada* idade, de *cada* geração, de *cada* grupo ou classe. Se "individualidade" quer dizer semelhante singularidade "biográfica", a fisionomia irreduzível de cada instante do tempo, então o mundo da história é, desenganadamente, o reino da individualidade; precisamente isto é o que cola a etiqueta do "histórico" a cada fragmento do tempo. Todavia essa idéia não implica na exclusão de uma outra, tão cara a historiadores e a filósofos da história - a Braudel, a Collingwood, a Oakeshott, a Ortega - qual seja, a idéia de *continuidade*, a de que a história derrama-se num processo, numa "série contínua" (Oakeshott), de tal modo que quando se pinça um seu episódio, toda uma seqüência de outros o acompanha, à reboque; e isto porque subjaz uma estrutura de fundo na história: o princípio de duração existencial que é o próprio da vida humana, com sua estrutura narrativa. Os dois níveis, a *individualidade* significativa e a *continuidade* "duracional", se mostram imanentes à matéria histórica. Não resultam, por isso, como seqüências de diferentes métodos de formalização. da maneira idealista com pensavam Windelband e Rickert; são propriedades do objeto histórico como coisa real, de sua maneira pré-teórica de se dar a uma intuição perceptiva direta.

Isto posto, então se pode avançar rumo ao segundo nível, o do *conhecimento histórico*, e o seu caráter possivelmente "explicativo". A questão se refere a dois pontos: o que seria *conhecer* a história; e depois, qual a *natureza* desse conhecimento.

Os próximos parágrafos serão guiados por um vetor: o de sondar a viabilidade de um "conhecimento histórico" epistemologicamente *puro*. Na verdade, se se pretende a tese de *uma* ciência da História, há que se evoluir na direção de referi-la a uma especificidade epistêmica e metodológica que lhe defina singularmente esse *status* teórico. De um modo mais assinalado, há que se distinguir a História das outras habitualmente chamadas "ciências sociais": a Sociologia, a Economia, a Ciência Política, a Antropologia, etc. Nesse contexto, talvez nada mais difícil do que concordar com a tese de que a História, como diz o Prof. Bury, "é uma ciência, nem mais, nem menos". (19) A verdade nos parece bem outra: a de que a História *é mais*, e *é menos*, do que *uma* ciência. Contudo, faz-se mister uma outra advertência, (esse é um terreno em que só se pode avançar devagar, pois os escolhos se multiplicam a cada passo): o dizer-se que a História *possa não ser uma* ciência, não a entrega ao reino caprichoso da opinião subjetiva e descontrolada do que intente disciplinadamente conhecê-la. A partir mesmo de que é um *processo da vida* - uma "estrutura", uma "praxis dialética", uma "razão vital" existente, ou o que seja nessa ordem - a *matéria* histórica tem o seu "ritmo" peculiar, a sua "lógica" imanente, que se há de trasladar, purificada, ao nível da intelecção que a apreende. Aquilo "que aconteceu", teve sempre as suas "razões" de acontecer, ou o seu *modo* de haver acontecido. O historiador, quando configura um episódio da cena humana com suas características

pertinentes, "reconstrói" um cenário que já lhe é dado, de antemão, como dissemos antes, com um certo "retrato" de si próprio; ele é "freado" por essa construção empírica da vida, subjacente à matéria do seu estudo. De outro lado, achando-se "envolvido" por essa matéria cuja trama sempre continua no presente, o historiador a assume conceitualmente a partir do seu modo de instalação. Daí que o seu conhecimento seja um conhecimento "vivo", jamais uma *teoresis* inteiramente formalizada, mas um interpretação possível, marcada por uma *perspectiva*, e "aberta" por seu caráter provisional. Sua *verdade* sempre tolera outras, complementares ou acessórias, dado o caráter "múltiplo", como diria Cossio, do conhecimento cultural.

Estamos, assim, no plano do *menos do que* uma ciência, em razão de que o posto do historiador é um *posto vital*, e nunca exclusivamente teórico. Se isto implica na adoção de uma atitude *filosófica* - ou até mesmo *estética* conforme Croce chegou a admitir - nem por tal a porta se acha aberta à opinião e ao arbítrio, no sentido de uma "subjetividade" caprichosa e aleatória. (20)

Mas, existe a outra angulação do problema: a da História como *mais do que* uma ciência. Para não nos basearmos num "filósofo" da História, vamos seguir os raciocínios de um historiador profissional e exemplar, Fernand Braudel.

Quem pretenda referir um exemplo modelar da interdisciplinaridade da História - fundamento, já se suspeitava, onde se lastreia nossa opinião daquele *mais do que uma ciência* que é o caráter da História - não faria melhor do que citar o livro primoroso de Braudel, (essa obra "admirável" como dela disse Sartre, 1960 p. 237), *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II* (1953). No seu prefácio, Braudel diz tudo, num trecho característico, acerca da dualidade referida do *mais do que* e do *menos do que*, uma ciência: "Se a nova história deve ser, como creio - escreve ele - uma reconstrução do passado captado em toda sua amplitude e em toda sua complexidade, terá que incorporar em seus quadros e explicações a obra inteira, tão rica, das ciências sociais, suas vizinhas. Por conseguinte, o historiador terá que ser, desde logo, historiador, mas também e ao mesmo tempo economista, sociólogo, antropólogo e até geógrafo. Neste alcance imperialista do social (no sentido amplo da palavra), não estranhemos que o historiador encontre diante de si dificuldades em verdade insuperáveis que fazem que a realidade humana, tanto no presente como no passado, se deva captar em ofícios diferentes, por ciências particulares, e abordar-se em suma, simultaneamente, por vários lados. Nenhuma inteligência pode captar hoje a realidade social inteira de uma vez e em toda sua vivente amplitude." (p.IX) Braudel retoma essa idéia em diversos dos seus escritos mais especificamente metodológicos. (Nossa bibliografia refere dois deles: 1972 e 1978). Por outro lado, ele é também perfeitamente lúcido quanto ao papel "criador" e crítico do historiador, que não raras vezes tem de processar a rejeição da impureza e da falsidade das "fontes": "Qual é o historiador

que saltando por cima das provas, não trata de ver, de compreender, de reconstituir a massa da vida, que só deixa em nossas mãos de eruditos uns quantos fragmentos?" (p. 545, vol. II). Sobre o caráter provisório do relato histórico e a possibilidade, sempre em aberto, de "reescrever" a história, ele diz, croceanamente: "A história é, pelo contrário, uma interpretação sempre diferente do passado, posto que deve adaptar-se às necessidades e às vezes às angústias do presente. Oferece-nos como um meio para o conhecimento do homem, e nunca como um fim em si." (idem, p. 549)

O que nos parece restar claro, em conclusão, é que a *matéria histórica*, que o especialista no seu estudo tem que vivificar como sistema de continuidades, de duração, de significação ou, numa palavra, de *processo vital* (e enquanto o faz está no plano a-científico, embora jamais anti-científico), essa *matéria*, por outro lado, se sujeita à disciplina da variedade mais ampla do espectro metodológico das ciências do homem, que dela extraem o seu alimento. E todos os seus enfoques se devolvem à compreensão da *história total*, como território interdisciplinar do conhecimento mais abrangente da realidade humana.

Apenas nesta última acepção, como coordenadas de um feixe de ciências, poderia ter cabimento a análise da aplicação à História do modelo hempeliano da explicação por recorrência às *covering laws*. Voltaremos agora a este ponto.

5. Nossa remissão à idéia de *matéria histórica* - insistimos nisso - está animada pela pretensão de uma fenomenologia descritiva. Não quer significar nenhum construto teórico, formalmente elaborado como linguagem científica. Ambiciona ser uma apreensão do dado como entregue a uma intuição neutralmente perceptiva. Dessa *matéria histórica*, assim considerada, se alimentam todas as ciências do homem na diversidade das operações metodológicas que levam a cabo. O ponto de vista histórico restrito, o do *conhecimento* histórico, nos parece o mais próximo dessa intuição diretamente apreensora dos processos e dos ritmos da periodização. Aqui estaria, se só com isso fosse possível conhecer e "explicar" cabalmente a história, o ângulo específico do historiador; o seu saber - salvo engano quem o disse foi Windelband - é muito menos *conceito* e muito mais *intuição*, muito menos *abstração* e muito mais *concreção*; ele se "cola" aos fatos, e só se afasta deles, minimamente, na medida em que empreende as configurações que expressam a "série contínua" da historicidade, o ritmo "regressivo-progressivo" da dialética temporal como totalização. É neste sentido bastante específico que pensadores como Oakeshott e Collingwood julgam dispensável a recorrência às *leis gerais* para o entendimento histórico; quando se salta a uma generalização, pensa o primeiro, sai-se automaticamente da história. (21) *Ficar* na história seria desocultar a trama das "razões", diria Collingwood, que preside a seqüência acidentada dos fatos, desvendar, por "recriação", o sentido "interior" que enlaça as etapas da periodização, por baixo da qual sempre se deparam seus agentes humanos com que o historiador pode se

“identificar” para a ressurreição compreensiva do passado. Tal empreendimento de reconstituição configurativa das “individualidades” históricas consideradas como segmentos de uma totalidade em curso, inegavelmente requer um arsenal teórico-prático de elementos que transcendem a fria disciplina formal da linguagem científica. Por isso falamos naquele *menos* que ciência, embora sem qualquer conotação minimizadora da inteligência especificamente histórica. Mas, é claro, esse enfoque de *recriação, reconstituição, serialização contínua*, etc. que empreende o historiador (que enquanto *só* isso fizesse seria “pura” e especificamente historiador), atenderia tão somente a um ideal abstrato de imaginar uma História pura, com um “status” epistêmico inconfundível. Todavia, como é óbvio, nenhuma História se contenta com isso apenas. Conforme vimos com o exemplo modelar de Braudel, uma História, que jamais é disciplina epistemologicamente *pura*, envolve recorrência a uma pluralidade de enfoques científicos: ela é, em diversas medidas, sociológica, antropológica, econômica, política, demográfica e, como adianta Braudel, “até geográfica”.

Toda empresa por deparar uma conceituação “puramente” histórica estaria, de antemão, fadada ao insucesso. A História é, por necessidade, um pólo sintético de configurações científicas.

Um dos mais elaborados esforços para deparar essa angulação especificamente histórica de uma disciplina mental - a de Hans Freyer (22) - não conclui de modo muito diferente. Freyer toma por base um dualismo proposto por Dilthey no interior das “ciências do espírito”, quando distingue entre “ciências dos sistemas culturais” e “ciências da organização exterior da sociedade”; as primeiras, para ele, *ciências do logos*, teriam por objeto as *configurações feitas* da vida, das quais a vida já está ausentada, espécie de “espírito objetivado”, como em Hegel, cristalizações a um tempo *consumadas* como obra do espírito já configurado, a exemplo do “mundo das formas da linguagem” e “o conjunto de sentido do direito” (Freyer, 1944, p. 39); as segundas, *ciências do ethos*, surprenderiam a *realidade - viva e presente* - na gerundialidade do seu existir temporal, como “factum” atual da experiência humana articulada na história. Neste último campo, Freyer situa a Sociologia, a História e a Psicologia; ciências, decisivamente, *da realidade*, e cujo conteúdo é *vida*, com seu ingrediente de atos, vontades, decisões, etc.

Freyer assenta o dualismo: “ciências que têm que ver com o espírito como um império de formas carregadas de sentido, e ciências que têm que ver com o espírito como um acontecer de conteúdo pleno de sentido” (1944, p. 37). Feita a subdivisão, não resta difícil descartar a Psicologia, na medida em que o seu campo é a vida individual. História e Sociologia, contudo, consideram o universo social da vida, os destinos coletivos em curso. Esquemáticamente - pois aqui não caberia maior expansão - Freyer intenta a seguinte delimitação entre História e Sociologia: reconhecendo o que designa por “condição bifacetária” da realidade social, escreve, à pág. 223 do seu livro referido: “Esta possibilidade se baseia na estrutura

dialética da realidade social. A realidade social é por uma parte acontecer; é a substância real do movimento histórico; ali onde queremos compreender a História captamos homens em relação recíproca, tensões de vontade e ordenações vitais humanas, isto é, vida social. Por outra parte a realidade social é, em todo momento, uma *forma* de vida; é, como diz Tonnies, 'artefato de substância psíquica'; é uma ordenação com um certo grau de capacidade de permanência e caráter de forma. No capítulo III, quando esboçarmos o sistema dos conceitos sociológicos de estrutura, voltaremos a tropeçar com esse duplo caráter da realidade social. Observaremos estruturas claramente firmes, apreensíveis, que sem embargo levam em si a vivacidade vibrante da História, formações que são ao mesmo tempo a revolução contra si mesmas. Só que para nós, enquanto pensamos sociologicamente, o acento recai sobre a natureza formal dos quadros sociais, e os impulsos dialéticos que levam em si se convertem em momentos encerrados em sua estrutura."

O sociólogo manejaria, então, *conceitos de estrutura*, como uma "sistemática da coexistência".

Ao lado da Sociologia, a ciência co-irmã, a História, para a qual Freyer cautelosamente confessa adiantar apenas "traços provisórios"; Partindo da sentença de Friedrich Schlegel, escreve ele; "a História é profecia para trás. Essa frase seria muito pouco engenhosa se levasse em consideração o conceito superficial e cotidiano de profeta, entendendo por tal o que profetiza o futuro. Porém ali onde ocorreu algo e nos voltamos para trás a fim de considerá-lo, já não se trata de profecia. Pelo contrário, a frase recebe o seu sentido pleno e designa, pelo menos em um aspecto, a essência mais profunda do acontecimento histórico quando se põe na sua base o verdadeiro conceito de profecia, aquele segundo o qual se chama profeta ao que reconhece o futuro do presente, expressa as exigências do tempo, coloca as decisões que amadurecem no presente ante aqueles a quem afetam e as apresenta como inevitáveis. Dizer que o historiador é um profeta voltado para o passado significa então que busca o acontecer histórico ali onde ainda era um presente carregado de futuro; que o volta a colocar nesta situação de agregado; que o transforma mentalmente em vida atual, em decisão viva; que o faz acontecer outra vez - porém assim como acontece o acontecer para os profetas: com uma consciência de sua direção, de suas exigências, de seu sentido." (1944, pp.224-225).

Completando o dualismo com a Sociologia, a partir dessa visão sensível de Freyer, diríamos que o historiador maneja *conceitos de configuração narrativa* e estabelece uma "sistemática da seriação sucessiva".

Mas ... é tudo um recorte formal, para uso epistemológico puro. A conclusão de Freyer sobre o paralelo entre História e Sociologia, valeria para o que se estabelecesse entre ela e qualquer das outras ciências sociais: "Faço observar ainda, diz ele, (mesmo sendo coisa óbvia), que essa separação da Sociologia frente à História pretende uma significação puramente lógica e deve estender-se tão só à diferença da formação

conceitual, mas não aos limites do trabalho científico prático" (Ob. cit. p. 227).

Este aparente desvio da nossa rota expositiva teve um objetivo: mostrar a natureza do alcance e o caráter das "generalizações" na História. Pelo que se pôde inferir, elas implicam sempre num afastamento do propriamente histórico. (23) As *leis gerais* representam, de qualquer forma, uma certa "sociologização" da História. Elas impõem um necessário distanciamento quanto à periodização fatural, um trabalhar com possíveis similitudes que geram *modelos* e *tipos*, os "construtos" lógicos (como os *tipos ideais* weberianos), que funcionam como esquemas de interpretação. Mas, é claro, (e como o próprio Weber constantemente alertava), os *tipos* têm que se *devolver* à realidade, confrontar-se com ela, testar, a todo instante, a sua "funcionalidade" teórica. Como *esquemas de interpretação* de fatos cuja matéria é a vida humana, esses "tipos" nunca podem revestir a tranqüilidade do caráter de sólidas "premissas", asseguradoras de pacíficos cálculos dedutivos, como na aplicação do modelo de Hempel às ciências naturais. Isto sucede em razão de uma característica da vida histórica à qual, por estranho que pareça, o positivismo epistemológico raramente faz alusão: a de que essa vida é o reino da liberdade humana, do ineditismo criador, da possibilidade do rompimento da cadeia causal mais fechada, da "imprevisão" dos projetos, e fatores dessa ordem. (Colocamos tais pontos, evidentemente, com perfeita consciência do caráter "contextual" dessa liberdade).

Não é raro que as direções naturalistas do positivismo epistemológico que vimos referindo, afirmem contra isso que também nas ciências da natureza, em muitos casos, há essa margem de imprecisão e de "aleatoriedade" que permitem cálculos de mera probabilidade estatística. Muitos exemplos da física e da micro-física modernas são alegados para fundamentar o argumento. Contudo, ou a "imprecisão" probabilística, no caso, resulta de uma manipulação ainda precária dos dados à disposição do físico, ou ele teria de confessar, o que na realidade nenhum deles o fez (ao que saibamos), a existência de uma "liberdade de escolha" no mundo material. O rompimento dos modelos, causais ou explicativos, o reconhecimento de seu alcance como "provisório", pelos cientistas do homem que os utilizam, em razão de se saberem em contato com a liberdade humana que exorbita tais construtos, não constitui, nesse contexto, nenhum mistério para as ciências do homem, nem acarreta motivos para lhes atribuir um defeito conceitual de base, (ou mesmo um certo "atraso" como parece pensar, entre muitos, Giles-Gaston Granger). Essas ciências "sabem" que lidam com a liberdade. Se algo pelo gênero pode suceder no campo das ciências físicas, será da competência do físico resolver o problema e apontar as suas causas. Isso é *primeiro*, supomos, antes que se parta para a defesa de uma "exportação" metodológica, fundada numa analogia pré-crítica e apressada dos diferentes campos do mundo empírico.

Está neste caso, parece-nos, o caráter bastante casuístico da argu-

mentação de Hempel (1965): a "conveniência" de estender a explicação por subsunção a leis abrangentes ao universo da história (que ele se recusa a especificar diferencialmente), e das ciências humanas em geral, leva-o a desdobrar a pureza esquemática de sua tese inicial; as explicações podem ser *probabilísticas*, as leis podem ser "meras" *generalizações* a elas semelhantes ("sentenças"), a explicação pode estar ao nível do *esboço*, muita vez há que se levar em conta a *emergência* dos fatores, e coisas pelo gênero ... A "defesa da causa", por parte de Hempel, se parece muito ao recurso de cortar a luva, porque os dedos do freguês se apresentaram surpreendentemente mais compridos...

Recorrer, portanto, às generalizações (e no sentido precário em que são possíveis nas ciências humanas), seria operar a *matéria histórica* com os instrumentos, alguns estatísticos, da medida, do cálculo e da "modelização" que processem os *recortes* necessários às configurações teóricas da realidade. A Sociologia faz isso com a angulação da matéria histórica que lhe diz respeito; a Economia também; e a Ciência Política; e a Antropologia, etc. Mas as generalizações nunca ascendem ao nível da teoria abrangente mais ambiciosa (como as leis da mecânica celeste de Kepler, ou a "relatividade" de Einstein). A "impregnação histórica" dos seus objetos, como diria Freyer, obriga a que elas sejam tão mais instrumentais quanto mais se limitem a *micro-teorias*, quanto mais renunciem a se dilatarem pela extensão da "longa duração". E não só às generalizações científicas do humano essa matéria histórica fornece alimento; sendo o lugar ontológico do humano, é nela que se lastreia a ética política, toda a *praxis* e toda antropologia filosófica. Muito dos conceitos sobre a "praxis individual", o "prático-inerte", a "serialização", Sartre, por exemplo, pôde fundamentar sobre os dados operados por Braudel no seu livro sobre o Mediterrâneo, particularmente o conteúdo material daquela "praxis", levando em conta a circulação dos metais preciosos pelo mundo mediterrâneo (veja-se Sartre, 1960, pp. 236 e segs.) Do mesmo modo, os *tipos ideais* weberianos a que antes referimos - a estrutura típica do capitalismo, a da conduta religiosa protestante, a das formas da dominação, etc. - são "construtos" que "recortam", para efeito de conceptualização, o rico material histórico dos dados empíricos de determinadas idades do tempo. E o conceito, muito mais geral, de *estrutura*, com que lidam sociólogos e cientistas sociais, não têm outro caráter; eles sempre estão apensos a um "mundo lá fora" - para usar a expressão do Prof. Michel Debrun - nunca se esgotam numa sintaxe puramente simbólica de formalização. São assim, não resta dúvida, esboços de leis, extrações conceituais da matéria histórica, com uma gama variadíssima de perfis mas, em todos, relativa perda e relativo distanciamento do propriamente histórico. Por seu caráter assemelhadamente nomológico, para conceder aos hempelianos, eles podem permitir - eles *representam*, aliás - restritos cálculos de preditibilidade: são, adiante-se, *construídos* a partir disso, e na convicção de que podem ensejar semelhante uso "explicativo".

6. Todavia, existem alternativas. Nem sempre é à pergunta "por

que?’, trasladada ao nível de uma operação lógica de subsunção, a que está dirigido o ofício do historiador. William Dray (1965, p.31) alude a dois outros tipos de explicação na História, e nela bastante frequentes, que se excluem do modelo hempeliano até agora visto. O primeiro caso seria o de explicar *como* algo sucedeu, apesar de haver uma expectativa que presumiria devesse acontecer de modo diferente (e precisamente porque se tinha um “marco geral”, uma “lei”, que autorizava um acontecimento esperado de maneira diversa). Tal tipo de explicação, que se poderia rotular de “genética”, envolveria a necessidade da reconstituição “narrativa” do episódio histórico, o encontro das variáveis típicas e diferenciais, o fato da liberdade, enfim, aparecido circunstancialmente num contexto específico.

O segundo caso seria o da explicação “interpretativa”, por assim dizer “doadora do sentido”. O historiador pode-se encontrar preocupado em deparar o sentido de unidade de uma certa periodização, o que ela, configurando-se como um todo, realmente foi ou o que significou. Uma série de fatos na Itália do séc. XV, constituiu um *Renascimento*; uma rede de ocorrências, na França do séc. XVIII, representou uma *Revolução* (Dray, 1965, p. 34); o historiador procura, nesses casos, uma síntese *vertical* de enlaces entre singularidades interconectadas, e manipula um conceito “organizador” que confere inteligibilidade à matéria de que trata.

Nosso rol poderia ser ampliado com a referência às técnicas da chamada “história imaginária”, o uso das “counterfactual hypothesis” - as hipóteses contrafatuais - da *new economic history* norte-americana, de Fogel e North. O processo, ligado às técnicas da história quantitativa, consistiria em imaginar alternativas hipotéticas de acontecimentos, a paralelo dos verificados, para avaliar *como teriam sido* os fatos, se lhes houvesse faltado este ou aquele componente real. Por exemplo, quais as conseqüências para o crescimento da economia americana se não tivessem ocorrido a guerra da independência, a epopéia das estradas de ferro, a política do *New Deal*. Determinadas operações de cálculo e de mensuração, cuidadosamente processadas, permitiriam avaliar a cena real em confronto com essa cena fictícia e, do paralelo entre ambas, formular um diagnóstico mais preciso acerca de “causações” históricas determinantes. (24) Algo, assim, como o substitutivo do experimento nas ciências sociais, o jogo da manipulação *mental* dos dados, a exemplo dos estudos de Greenwood sobre a hipótese de uma *sociologia experimental*.

Esses outros procedimentos alternativos, já se vê, podem estar, em graus diversos, no interior da compreensão histórica; é difícil rejeitá-los. E em nenhum deles é assim tão indispensável recorrer à montagem lógica do sistema explicativo defendido pelos positivistas.

NOTAS

1 Muito a propósito, prefaciando a obra conjunta de três professores da Universidade de Louvain (Bruyne, p.14), Jean Ladrière escreve: “Foi a natureza dos objetos que de algun

modo impôs o tipo de progressão e, portanto, os métodos. E correlativamente, foi a escolha de determinados métodos que conduziu ao recorte da realidade característico das ciências da natureza. (Assim, a redução às qualidades primárias, efetuada no período do início da física moderna, representa uma espécie de adequação da realidade a um método que consistia em "ler" a natureza através das representações fornecidas pela matemática.) Ora, foi na coadaptação progressiva dos métodos e dos objetos que pouco a pouco se precisou a idéia de ciência que se impôs na física. O que parece essencial, finalmente, não é tanto o resultado ao qual se chegou, isto é, a idéia de cientificidade tal como se impõe hoje na física, mas antes o processo de interação que levou a esse resultado. Ora, um processo análogo pode se iniciar num contexto diferente daquele que deu nascimento às ciências da natureza. *E uma idéia diferente de cientificidade pode emergir progressivamente de tal processo. O domínio dos fenômenos sociais pode dar lugar a uma imagem da cientificidade distinta da dos fenômenos físicos.*" Nossos, os grifos, em todo esse decisivo texto. Mais à frente (p.16), Ladrière continua a sua excelência de epistemólogo: "Portanto - escreve - não é possível elaborar uma metodologia das ciências humanas tomando como norma diretora uma idéia de cientificidade já constituída. Precisamente essa idéia só pode se constituir progressivamente, no próprio esforço pelo qual as ciências tentam construir a si mesmas."

2 Bruyne, p. 91.

3 Cf. Popper.

4 Bruyne, p. 19.

5 Vide Hempel, C. Explicação... - Id. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. - Vide, também, as extensas referências críticas à tese hempeliana na obra citada de Bruyne et alii.

6 *La méthode expérimentale et la philosophie de la physique*. Paris, Collin, 1969. Apud Bruyne, p. 87.

7 Bruyne, p. 89. - Hempel escreve (o trecho está citado na obra de Bruyne, p. 90): "Une telle mise à l'épreuve consistera en premier lieu à voir si l'hypothèse est corroborée par tout les résultats significatifs qui on avait pu réunir avant sa formulation; une hypothèse, pour être acceptable, devra s'accorder avec les données disponibles (significatives) qui s'y rapportent. Elle consistera en second lieu à dériver de l'hypothèse de nouvelles implications vérifiables et à les examiner à la lumière d'observation ou d'expérimentations judicieuses" (1972, p.26).

8 Fugiria aos limites deste trabalhos o detalhamento maior da exposição do método nomológico-dedutivo que Hempel defende. Para conhecimento minudente a respeito, veja-se a coletânea referida (1965).

9 Seja-nos permitida a seguinte transcrição de um idéia substancial de Alfred Schutz, um criterioso epistemólogo das ciências sociais bastante familiarizado com Hempel, Nagel, e outros defensores da explicação dedutiva, cujas teses ele criticamente aceita e cujas desinterpretações corretamente denuncia: "Talvez o especialista em ciências sociais coincida com a afirmação de que as diferenças principais entre as ciências sociais e as naturais não devam ser buscadas em uma lógica diferente, que governe cada ramo do conhecimento. Porém isto não supõe admitir que as ciências sociais devam abandonar os recursos específicos que utilizam para explorar a realidade social, em troca de uma unidade ideal de métodos que se baseia na premissa, totalmente infundada, segundo a qual só são científicos os métodos empregados pelas ciências naturais, e em especial pela física. Porquanto sei, os adeptos do movimento da "unidade da ciência" nunca tentaram com seriedade responder, ou sequer apresentar, a pergunta sobre se o problema metodológico das ciências naturais, em seu estado atual, não é simplesmente um caso especial do problema mais geral, ainda inexplorado, de como é possível o conhecimento científico e quais são suas pressuposições lógicas e metodológicas. Minha convicção pessoal é que a filosofia fenomenológica preparou o terreno para essa investigação.

Muito possivelmente, seus resultados demonstrariam que os recursos metodológicos particulares elaborados pelas ciências sociais para compreender a realidade social são mais adequados que os das ciências naturais para conduzir ao descobrimento dos princípios gerais que governam todo conhecimento humano". (Schutz, p. 85).

10 Hempel tranquilamente designa a compreensão como "the method of empathic understanding" (1965, p. 239). E, concede ele, "This method of empathy is, no doubt, frequently applied by laymen and by experts in history. But it does not in itself constitute an explanation; it rather is essentially a heuristic device; its function is to suggest psychological hypotheses which might serve as exploratory principles in the case under consideration." (p. 239-40).

11 Numa revelação que é nada menos que chocante, Hempel adianta que este conhecimento baseado na interpretação das "razões" do agente, "tem raízes na obra de Collingwood" (1975, p. 168). Para não remontar mais atrás, lembremos que a idéia foi originalmente esboçada em Vico (na *Ciência Nova*, de 1725) e, sobretudo, em Dilthey (na *Introdução às ciências do Espírito*, de 1883). As teses centrais pertinentes, de Collingwood, estão no seu livro póstumo, *A Idéia da História*, de 1946. E as principais obras de Max Weber, que vulgarizaram a noção da compreensão na Sociologia, datam das duas primeiras décadas do nosso século...

12 Para este ponto, o ensaio referido de Schutz (p. 71-85), onde rebate a Hempel e a Nagel, é definitivamente esclarecedor. A *técnica* da compreensão, por outro lado, como reveladora da supressão de toda aleatoriedade, está contida no método que o Prof. Carlos Cossio designa como *empírico-dialético*, através do qual se formula o conhecimento especificamente cultural. Veja-se Cossio (p. 54 e segs.)

13 Schutz, p. 74.

14 Consultar, a propósito, Machado Neto.

15 Não cabendo alongar aqui a análise husserliana, conquanto indispensável à crítica que tratamos no texto, remetemos o leitor, além do ensaio de Schutz, à *5a. Meditação Cartesiana* de Husserl (p.74 e segs.) É altamente esclarecedor deste ponto, também, o importante livro do filósofo italiano Paci, Enzo. *Função das ciências e significado do homem*. México, Fondo de Cultura Económica, 1968, originalmente um comentário sobre a famosa obra de Husserl acerca da "Crise das Ciências Europeias".

16 Vide a referência à nota 12.

17 A propósito dos esforços de Hempel para defender a extensão do seu método dedutivo ao universo da História, tolerando que ele é aplicável desde que se formulem no mínimo esses tipos mais flexíveis de princípios ou leis, ou mesmo na medida em que se considerem as da História como "esboços de explicação", cabe, sem dúvida, o cortante comentário de Dray: "Poderá ser argumentado que tal relaxamento nos requisitos do modelo científico levasse a marca da conveniência e não a dos princípios." (1965, p. 12). Voltaremos, no texto, a este ponto da questão; pois, consoante a opinião mesma de Dray, parece-nos muito mais sensato recorrer a hipóteses alternativas do que proceder a arranjos internos numa metodologia que enfrentou dificuldades de aplicação a campos de estudos para as quais não foi originalmente criada, o que nos remete, outra vez, à observação decisiva de Ladrière, citada à nota 1.

18 Windelband escreve: "podemos, pois, dizer que as ciências empíricas buscam no conhecimento do real uma de duas coisas: seja o geral sob a forma de lei natural, seja o especial sob a forma determinada pela história. Contemplam, de uma parte, a forma permanente e imutável, de outra parte o conteúdo transitório, determinado por si mesmo, do acontecer real.

Umam são ciências de leis, outras ciências de acontecimentos; as primeiras ensinam o que acontece sempre, as segundas o que aconteceu alguma vez." (p. 317).

19 Apud Walsh, p. 163, a propósito da grande polémica sobre os limites da história científica.

20 Sobre a momentosa questão da *objetividade* histórica, podem-se ver os capítulos muito didáticos a respeito, de Walsh (1978), Dray (1965), a posição das filosofias da história analisadas em Védrine (1977), além de todo o livro clássico e notável de Collingwood (1952).

21 William Dray, no capítulo II do seu livro citado (1965), resume bastante claramente a oposição dos filósofos da história ao modelo hempeliano da explicação por meio das "covering laws". Ali também há extensas referências bibliográficas sobre o tema.

22 Ocupamo-nos da teoria freyeriana da história, do seu esforço por delimitá-la ante a ciência que lhe é mais fronteiriça, a Sociologia, em nossa tese de Concurso para a UFBA, de 1972, *Considerações em Torno da Ontologia Social* (ed. mimeografada). O leitor poderá consultar as colocações de Freyer, apenas esboçadas nesse trabalho, na sua obra de 1944 (vide bibliografia). A sua tese nos parece merecedora da maior atenção por parte dos epistemólogos das ciências humanas.

23 Tal "especificamente histórico" é o que Hempel admite não estar considerando no seu ensaio sobre as leis gerais na história. Isto, contudo, nos parece importante, ainda mais na medida em que não está claro o que ele - e não só ele, conforme vimos - considera como *história*. Hempel esclarece: "The considerations developed in this paper are entirely neutral with respect the problem of 'Specifically historical laws': they do not presuppose a particular way of distinguishing historical from sociological and other laws, nor do they imply or deny the assumption that empirical laws can be found which are well confirmed by empirical evidence." (1965, p. 242)

24 Uma breve exposição do método das *hipóteses contrafatuais* está no artigo de Ladurie, p. 74.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1973.

BRAUDEL, F. *Estudos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

_____. *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença, 1972.

_____. *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo en la época de Felipe II*. México, FCE, 1953. 2v.

BRUYNE, P. et alii. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

COLLINGWOOD, R.G. *Idea de la historia*. México, FCE, 1952.

COSSIO, C. *La teoría egológica del derecho*. Buenos Aires, Abeledo Perrot, 1964.

CROCE, B. *Teoria y história de la historiografia*. Buenos Aires, Imán, 1953.

DILTHEY, W. *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madrid, Revista del Occidente, 1956.

Universitas, (29): 109-134, jan./abr. 1982

- DRAY, W. *Filosofia de la historia*. México, UTEHA, 1965.
- FREYER, H. *La sociologia, ciencia de la realidad*. Buenos Aires, Losada, 1944.
- HEMPEL, C. *Éléments d'épistémologie*. Paris, Armand Collin, 1972.
- _____. Explicação científica. In: MORGENBESSER, S., org. *Filosofia da ciência*. São Paulo, Cultrix, 1975.
- _____. The function of general laws in history. In: ASPECTS of scientific explanation. New York, The Free Press, 1965.
- HUSSERL, E. *Méditations cartésiennes*. Paris, J. Vrin, 1953.
- LADURIE, E.R. Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple chouan. *Communications*, Paris (18): 72, 1972.
- LEFORT, C. Histoire et sociologie dans l'oeuvre de Fernand Braudel. *Cahiers internationaux de sociologie*, Paris, 13: 122, 1952.
- MACHADO NETO; A.L. Sobre a intersubjetividade da compreensão. *Revista brasileira de filosofia*, São Paulo (100): 428, 1975.
- ORTEGA Y GASSET, J. La filosofia de la historia de Hegel y la *historiologia*. In: _____ *Obras completas*. Madrid, Revista del Occidente, 1955. v. 4, p. 521.
- _____. História como sistema. In: *Obras completas*. Madrid, Revista del Occidente, 1955. v. 6, p. 11.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix, 1975.
- SARTRE, J. P. *Critique de la raison dialectique*. Paris, Gallimard, 1960.
- SCHUTZ, A. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires, Amorrortu, 1974.
- VEDRINE, H. *As filosofias da história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- WALSH, W.H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- WINDELBAND; W. História y ciencia de la naturaleza. In: PRELÚDIOS filosóficos. Buenos Aires, Santiago Rueda, 1949, p. 311.

SUMMARY

An outstanding trait which now characterizes the central theses of the theory of science, mainly in the field of the knowledge of nature, consists in the process of axiomatizing the scientific discourse, which means that what is emphasized is the interest in assimilating science to a formal procedure that may command its growth from the starting point of the establishment of internally coordinated syntactic principles. The deductions would come on the foreground, while the empiric observations would be reduced to validation and verification criteria, and science would behave within a logical structure with a forceful immanent power of calculation. The explanation as "subsumption to inclusive laws," by positivist Carl Hempel might be one of the models of that rule. By proposing its validity for all the levels of scientific knowledge, Hempel therefore intends it to be applicable to a more rebellious science to logical

rigor than the science of History has been. Thus, he denounces the insufficiency of substitutive methods, the classic causal explanation of *empiricism*, or the Dyltheaninfluenced interpretive *comprehension*. The ontological analysis of the *historical matter being made* (the phenomenology of which seems to have escaped Hempel), one cannot but realize the uncertainty of his thesis-itself divided into subgroups that deprive it of its initial strictness. Thus, once again, the human sciences present themselves as being provided with a logical structure which must be peculiar to them.

RÉSUMÉ

Un des traits marquants qui caractérisent aujourd'hui les thèses centrales de la théorie des sciences, surtout dans le domaine de la connaissance de la nature, consiste dans l'axiomatisation du discours scientifique; c'est-à-dire que ce qui est accentué c'est l'intérêt d'assimiler la science à un processus formel qui commande sa croissance à partir de l'établissement de principes syntaxiques coordonnés intérieurement. Les *déductions* passeraient au premier plan et les *observations empiriques* seraient réduites à des critères de validation et de vérification, la science se comportant dans une structure logique avec une puissante force immanente de calcul. L'explication telle que "subsomption à des lois enveloppantes", du positiviste Carl Hempel, serait un des modèles de cette règle. En proposant sa validité pour tous les niveaux de la connaissance scientifique, Hempel prétend qu'elle est, pour cette raison, applicable à la science peut-être la plus rebelle à la rigueur logique, la science de l'Histoire. De cette manière, il accuse l'insuffisance des méthodes substitutives, l'explication *empirique* classique, causale, ou la *compréhension* interprétative, d'esprit diltheyen. Après l'analyse ontologique de la *matière historique* (dont la phénoménologie paraît échapper à Hempel), on en conclut l'insuffisance de sa thèse, elle-même subdivisée en différentes branches qui lui ôtent sa rigueur initiale. Et de nouveau les sciences humaines se présentent comme devant être pourvues d'une structure logique particulière.